

O Manuscrito LV e as suas problemáticas cronológicas e textuais – Estudo prévio à edição crítica

ANTÓNIO REI*

RESUMO

Neste texto, um capítulo da Tese de Doutoramento em História Cultural e das Mentalidades Medievais, fizemos um estudo sobre o manuscrito (ms.) LV, o qual se encontra na biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa).

Procuramos as suas origens textuais e tentamos reconstruir o movimento de tradução que aconteceu durante o século XIV, de português para castelhano nos meios da grande nobreza peninsular.

Palavras-chave: Manuscrito LV – Idade Média – Cronística – Crónica do Mouro Rassis – Conde D. Pedro de Barcelos

ABSTRACT

In this text, a chapter of the Ph.D. Thesis in Medieval History of Culture and Mentalities, we made a study about the LV manuscript, which is in the National Museum of Archaeology (Lisbon).

We searched for its textual origins and tried to rebuild the translation activity from Portuguese to Castilian, which took place during the 14th century within the circles of the Iberian upper aristocracy.

Keywords: LV Manuscript – Middle Ages – Chronicles – Al-Razi's Chronicle – Count D. Pedro of Barcelos

* Ph. D. in History – IEM / UNL Researcher. FCT (Lisbon) scholarship.

1.1. O ms. LV e José Leite de Vasconcelos

Desde 2001 temos por companhia de viagem um manuscrito (ms.) existente em Portugal, até àquela data praticamente desconhecido, e que, das poucas referências que lhe foram feitas, foi sempre entendido como tratando-se de um testemunho da *Crónica del Moro Rasis*¹, o que também era consentâneo com o que então se sabia relativamente àquela Crónica, no início do século XX, quando o mesmo ms. LV foi trazido para Portugal.

O ms. em causa está em castelhano, e foi José Leite de Vasconcelos que, durante uma deslocação sua a Espanha, o adquiriu num alfarrabista em Madrid, em 1905².

Leite de Vasconcelos deixou-nos a informação do local onde o adquiriu. No verso do 2.º fólio de guarda do códice, colou um pedaço do catálogo da livraria alfarrabista onde o ms. se encontrava para venda.

Nesse retalho de papel, há uma descrição do exemplar a partir da titulação, praticamente completa, do mesmo: “*Descripcion de España con la entrada en ella de los Romanos, Godos y Moros, escrita en árabe por Rasis, moro que escribió el año de Cristo de 972, traducido en português por Gil Perez y despues en castellano por dos traduciones.*”, a que foi acrescentado: “*Ms. en 4º, pergamino, letra del siglo XVII, 10 pts. [preço do exemplar]*”. Leite de Vasconcelos, no mesmo pedaço de papel

¹ Encontrámos a referência a este ms. na obra *Textos Arcaicos*, de Leite de Vasconcelos. Cf. *Idem*, 5.ª ed. [facsim. da 3.ª ed., 1922], Lisboa: Clássica Editora, 1970, p. 54, n. 1. Na edição dos testemunhos castelhanos da *Crónica del Moro Rasis* (CMR), Diego Catalán refere-se a este ms. a partir da mesma obra de Leite de Vasconcelos, mas da sua 2.ª ed, de 1908, p. 44, n. 1; cf. CMR, ed. Diego Catalán e Maria Soledad de Andres, Madrid: Ed. Gredos, 1975, p. XVII, n. 27.

² É o próprio Leite de Vasconcelos que no-lo diz, cf. ob. cit., p. 54, n. 1, e D. Catalán repete (cf. CMR, p. XVII, n. 27).

colado, acrescentou a lápis a palavra “*comprei*”; abaixo do pedaço colado, acrescentou ainda, também a lápis: “*Libreria de la viuda de Rico / Travesia del Arenal, 1, Madrid / onde comprei este ms. em 1905. Leite*”.

Posteriormente, veio depositá-lo na biblioteca do então Museu Etnológico Português³, em Lisboa, após o ter utilizado em alguns dos seus estudos. O códice apresenta anotações do punho de Leite de Vasconcelos, concretamente, nos fólios de guarda do final do códice onde surge uma nota, a lápis, do seu punho, que nos diz “Santarém, fl.33”. Ele terá confrontado a notícia de Santarém da *Crónica Geral de Espanha de 1344* (a que chama ‘História Geral’), com a notícia deste ms., daí a razão da anotação. Ele apresentou os resultados dessa sua investigação na colectânea *Textos Arcaicos*⁴, obra onde, aliás, faz a referência, a única conhecida, a este mesmo manuscrito⁵.

O ms. em questão, após o falecimento de Leite de Vasconcelos, em 1941, acabou por ir sendo esquecido entre outros espécimes do arquivo daquele Museu, que não se encontram entre as prioridades científicas de trabalho dos principais frequentadores do mesmo, os arqueólogos. Mas foi, em boa hora, localizado, e pode agora regressar ao contacto do meio científico.

1.2. Descrição física do ms. LV

Identificaremos o ms. pela sigla ‘LV’, em homenagem ao grande investigador que o adquiriu e legou ao Museu, que tem o seu nome.

Ms. LV

Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa

N.º de registo 13.807.

Cota MS/COD/62

Papel *in 4º*, encadernado em pergaminho. Na lombada da encadernação, tem escrito à mão *Descripcion d’España*. A capa e a contracapa da encadernação estão em branco.

Tem 73 fls. de 152 x 208 mm; 69 fls. escritos e 4 em branco, 2 no início e 2 no fim (fls. de guarda). Não tem foliação original, ostentando, a lápis, a numeração que Leite de Vasconcelos lhe inseriu.

³ Cf. infra n. 6.

⁴ Cf. *Textos Arcaicos*, p. 58.

⁵ J. Leite de Vasconcelos, *Textos Arcaicos*, p. 54, n. 1, onde nos diz: *Da tradução espanhola [da Crónica do Mouro Rasis] existem vários mss.; em 1905 comprei um em Madride, do séc. XVII, que hoje está na biblioteca do Museu Etnológico Português*. Foi esta nota que nos pôs na rota de o redescobrir, aliás, já em 1975, tinha avisado Diego Catalán da existência deste ms. (cf. *CMR*, ed. Catalán-Andres, p. XVII, n. 27).

A mancha de texto é única, de 105 x 172 mm. Letra do século XVII, sem epígrafes e sem letras capitais. O texto é corrido, e em língua castelhana antiga, mais antiga do que a data do ms.

As diferentes notícias e episódios relatados, na generalidade do texto, seguem-se uns aos outros directamente, sem qualquer epígrafe intermédia ou, sequer, o estabelecimento de parágrafos entre as notícias. Existem algumas poucas excepções. A letra será de um único redactor, pois é idêntica ao longo de todo o texto.

O fl. 1 tem o título: *Discripcion de España conla entrada // enella delos Romanos y Godos y Mo // ros, Escripta en Arauigo por Rassis Mo // ro que escrivió el año de christo 9)2⁶ // traducido de Arauigo enPortugues por // Gil Perez Clérigo por mandado de Don // Deonis Rey de Portugal y despues // de Portugues en Castellano por dos tra // duciones⁷.*

Num parágrafo inicial diz-nos: “*Falta poco del Principio enel original del Colegio de Santa Catalina de Toledo [o famoso ms. Ca]*”. Este parágrafo dá-nos várias informações e, em simultâneo, levanta questões. Identifica uma lacuna no início do ms. *Ca* que, cremos, nos revela também alguma da metodologia utilizada pelo primeiro copista (e, mais adiante, explicaremos porque dizemos ‘primeiro copista’): o texto é copiado e, simultaneamente, vai sendo confrontado com o de *Ca*, e cada vez que encontra alguma diferença entre ambos os textos, anota aquela diferença, mas não a copia. Esta metodologia de trabalho constata-se em vários pontos de *LV*⁸.

Só depois começa a cópia do ms. *E*: *Esta Historia del Moro Rassy tiene Ambrosio de Morales en vn original barto antiguo escripto en pergamin...* (fl.1v).

No fl. 2, surge uma passagem que refere al-Rāzī, a mesma que, embora com variantes, tem surgido em vários testemunhos, quer da *CMR* quer da *C1344*⁹, e, como tal, tem sido entendida como identificação do respectivo autor: *...e decimos loque dice el Altabucar a Mafomet fijo de Mafomad fijo de Mossarase el Escriv(a)no natural de España que escrivió...*

Começa, depois, a descrição propriamente dita em que o texto vem organizado da seguinte forma: descreve globalmente Espanha de forma triangular, onde, sem qualquer introdução, enuncia os diferentes ‘cantos’ do triângulo (fls. 2v-3); a

⁶ V. infra “As relações de *LV* com *E*, com *Ca* e com *Cop*”.

⁷ O título de *LV* é, em linhas gerais, semelhante ao de *Cop*, embora este último mais extenso (cf. *CMR*, ed. Catalán e Andres, p. XIX-XX). A existência deste título faz supor que logo no início terão pensado em começar a fundir *Ca* e *E*, mas que, por questões talvez de celeridade do processo, apenas se limitaram a apontar o quê e onde existiam passagens a ser copiadas de *Ca*.

⁸ As referências em *LV* às diferenças textuais entre *E* e *Ca* aparecem: uma no fl. 1v; uma no fl. 15v, e duas no fl. 33v.

⁹ C Entre os quais identificamos *CMR/ Ga*, editado por Gayangos, 1852; os *CMR/ Ca*, *Mo* e *Cop*, editados por Catalán-Andres, 1975; o *C1344/ M*, *idem*, 1971; e também o *LV*, que temos entre mãos.

Espanha dupla, em função dos ventos dominantes e dos cursos dos rios, descrevendo alguns rios bem como algumas serras (fls. 3v-4); descreve Córdoba (fls. 4-5); descreve os termos entre Cabra e Huesca (fls. 5-11v); e, depois, os termos de Rayya e Ecija (fls. 12-12v); retoma a descrição de Serras e de Rios (fls. 12v-14v); começa a História Pré-Islâmica (fls. 14v-15v); neste ponto, surge, integrada no texto, a nota *aqui faltam folhas* (fl. 15v)¹⁰; surge depois o episódio do Rei Rodrigo e o início da História Islâmica, que se suspende abruptamente (fls. 15v-23v); retoma a descrição geográfica com os termos entre Huesca e Algeciras (fls. 24-35v); recomeça a História Islâmica até ao fim do ms. (fls. 36-69).

Termina dizendo *Hasta aqui auia em el original de Rassis que tenia Ambrosio de Morales* (fl. 69).

1.3. O ms. LV e as ‘reconstruções eruditas’ do século XVII

O ms. LV foi integrado por Diego Catalán no conjunto das ‘reconstruções eruditas’ ou textos ‘híbridos’¹¹, atrás tratados, talvez atendendo à datação do mesmo LV, pois aquele investigador não teve um contacto directo com o ms. em causa, antes soube da sua existência a partir de uma nota de rodapé numa obra de Leite de Vasconcelos¹².

Trata-se, afinal, de um espécime *sui generis* pelas suas particularidades textuais. Terá sido este ms. ou antes a sua matriz, uma possível peça articular em todo aquele esforço que se desenvolveu na Espanha do século XVII, e que buscou restaurar a CMR.

Dizemos ‘peça articular’ porque LV apresenta características que o identificam como um texto prévio à reconstrução propriamente dita, mas onde já encontramos presente o espírito da empresa que se dirigia para aquele objectivo. LV é uma cópia só do ms. E, mas que apresenta anotações que indicam as diferenças textuais detectadas na confrontação entre o mesmo E e o ms. Ca.

Alguém com a matriz de LV, anotada, e com Ca poderá, com relativa facilidade, produzir um texto idêntico àqueles que surgiram no século XVII. Por exemplo, e é apenas um, detectam-se grandes semelhanças nas partes introdutórias

¹⁰ Esta longa lacuna corresponde ao que, na C1344, ed. Catalán e Andres, está entre a parte final da página 84 e o primeiro terço da página 126. A nota, que refere a lacuna, e que é marginal em E (cf. C1344, ed. Cintra, vol. I, p. CCCXXXIV), aparece em LV já integrada dentro do próprio texto.

¹¹ Sobre questões envolvendo os textos híbridos do século XVII, v. supra Vol. I: 1.II.7.4.

¹² Diego Catalán refere o ms. em causa (cf. CMR, ed. Catalán e Andres) a partir da n. 1 da p. 44 da obra de Leite de Vasconcelos, *Textos Arcaicos*, na sua 2.ª edição de 1908. Pela nossa parte, encontramos a mesma referência na 5.ª edição daquela obra, Lisboa: Clássica Editora, 1970, p. 54, n. 1 (edição facsím. da 3.ª edição de 1922).

de *LV* e de *Cop*, embora, como vimos antes, *LV* seja apenas uma reprodução de *E*, enquanto *Cop* já é composto a partir de *E* e de *Ca*.

Se, relativamente ao ms. *Ca*, sempre foi o mesmo entendido como um testemunho da *CMR*, o mesmo não se passou com o ms. *E*, pois, até aos finais do século XIX, continuou sendo considerado como um testemunho da *CMR*, e já só no século XX foi finalmente identificado como testemunho da *C1344*¹³.

1.4. O processo textual entre *E* e *LV*

O processo de reprodução do ms. *E* e que deu origem ao ms. *LV* não é directo nem ausente de problemas.

O ms. *LV* não foi copiado directamente de *E*. A primeira cópia, aquela que foi sendo confrontada com *Ca*, e de que temos registo nas anotações que assinalam as diferenças entre os textos, foi levada a cabo por alguém, o primeiro copista, que seria um bom conhecedor dos textos que estava a trabalhar. A ele se deverão as anotações relativas a *Ca*.

Um erudito nos conhecimentos textuais, escapou-lhe, no entanto, um aspecto prático, o qual estará, mais tarde, na origem da ‘desordem’ textual que encontramos em *LV*, e que referiremos mais adiante.

Sabemos ainda que este copista, por uma qualquer razão, não terá voltado a ter contacto com o seu trabalho, pois, sendo naturalmente bom conhecedor do seu próprio trabalho, bem como dos textos utilizados para aquele fim, poderia ter recuperado a ordenação do manuscrito após o acidente que o alterou profundamente na sua estrutura.

Pelo contrário, a pessoa que fez a segunda cópia, da qual saiu o ms. *LV*, não conhecia qualquer dos textos, ou, pelo menos, não teria tempo ou condições materiais para os consultar, embora nos inclinemos mais para a primeira possibilidade¹⁴. Quem conhecer, minimamente, a organização do texto sabe que, por exemplo, os apartados geográficos e historiográficos do mesmo não se compõem de vários pedaços que se interpenetram e se interrompem, por vezes de forma abrupta e inconclusiva.

¹³ V. *C1344*, ed. Lindley Cintra, vol. I, p. CCCXXXIII-CCCXXXV.

¹⁴ É possível que até seja um pouco mais grave, pois estamos em crer que esta incompreensão do que tinha diante de si se aplicaria a um qualquer outro texto, mais até do que exclusivamente a um conhecimento de *E* e de *Ca*. O copista em causa não teria a visão de conjunto do texto que estava copiando e a sensibilidade para entender que algumas partes, bastantes até, neste caso concreto, não tinham sequência discursiva.

Voltemos ao texto matriz de *LV*. Aquela primeira cópia, produzida pelo copista mais letrado, não ficou com a sua foliação numerada, nem o seu redactor terá voltado a mexer-lhe, como já vimos. Em virtude daquela falta de numeração, a cópia, ainda em fólhos soltos, terá sofrido uma eventual queda que lhe alterou a respectiva organização.

Quem apanhou as folhas do chão não teria, obrigatoriamente, que saber, sequer, de que tratava o texto das mesmas, até podia nem sequer saber ler. O texto foi reordenado a partir da sequência em como foi apanhado, e, sem possibilidade, para quem o não conhecesse, de lhe devolver a ordem primitiva.

Esta seria, pois, também a condição do copista de *LV*, que, desconhecendo o que tinha entre mãos, se limitou a copiar a eito, sem qualquer outra preocupação que não fosse, simplesmente, reproduzir as palavras que tinha diante dos olhos, sem o menor exercício de juízo crítico sobre o texto no seu conjunto¹⁵.

Quanto ao texto escrito, a matriz de *LV* copiou *E*, e, nessa cópia, o redactor procurou actualizar a grafia do texto copiado.

Ainda encontramos um outro elemento que não é passível de ser atribuído àquele primeiro redactor, sendo, portanto, da responsabilidade de quem copiou o *LV*.

O elemento em causa não surgiria a partir de uma dificuldade de compreensão da escrita em si mesma, pois presumimos que um homem do século XVII conseguiria ler um manuscrito do século anterior, como era o ms. *E*, sem grande problema. Ter-se-á tratado de uma ‘leitura apressada’ do texto, em função da qual *LV* apresenta muitos dos topónimos bastante ‘mal tratados’, se confrontados relativamente a *E* e a *M*¹⁶.

Daí a nossa conjectura se relacionar, preferencialmente, com o factor velocidade de trabalho, já que não se trataria de uma incompreensão do discurso.

1.5. O ms. *E*, Ambrosio de Morales e a origem do *LR* em castelhano

Sabemos que foi o ms. *E*, do punho de Ambrosio de Morales, que esteve na origem do ms. *LV*. Também foi Ambrosio de Morales que nos legou informações, algumas presentes no ms. *E*, e que, através de uma tentativa de contextualização

¹⁵ Dizemos que reproduzia ‘palavras’, porque dá a sensação de que, quando estava a escrever uma, já teria esquecido a anterior, não chegando, desta forma, a criar uma memória de conjunto da obra, e que essa mesma memória lhe pudesse suscitar alguma reflexão.

¹⁶ Estas conclusões são fruto do contacto com os textos em causa, em especial, durante a edição crítica de *LV*. Confrontando *LV* com a *C1344*, ed. Catalán e Andres, é fácil detectar aquelas variantes textuais que surgem precisamente em *LV*.

cronológica e textual, podem ajudar a fazer alguma luz sobre a origem do *LR* em castelhano, e também sobre a autoria do processo de tradução daquela obra de galaico-português para castelhano.

1.5.1. O conde de Barcelos, o Senhor de Vilhena e a tradução da '*Historia del Moro Rasis*'

O conde D. Pedro de Barcelos esteve exilado em Castela entre 1317 e 1322, e terá levado consigo uma cópia (β) do recente *LR*, obra acabada de compor, algures entre 1312 e 1314, na corte senhorial de seu sogro, Pero Anes de Portel.

Porque dizemos 'uma cópia' e não 'o original'? O original terá sido apropriado pela autoridade régia quando ao conde foram retirados todos os títulos e confiscados os bens, na sequência da sua participação na Guerra Civil ao lado do herdeiro D. Afonso, contra o outro irmão, Afonso Sanches, facto ou conjunto de factos que deram origem àquele exílio.

Este exemplar, o original, ficou na chancelaria régia. Já no século XV, no âmbito físico da chancelaria régia e no âmbito cultural e mental da "recriação" (ou criação...) da memória do reino", após a conquista de Ceuta em 1415, sob a dinastia de Aviz, aquele mesmo *LR* original veio a servir para retocar o texto da *C1344*, tendo dado origem à versão 'retocada' de 1420, a mesma versão que serviu de base à edição de Lindley Cintra (ms. *L*)¹⁷.

Esta versão de 1420 criou a sua própria 'linhagem textual', pois tem particularidades provenientes daqueles retoques, que só se encontram nos testemunhos dela dependentes¹⁸, e que não se encontram nos testemunhos castelhanos.

Um argumento a favor das duas cópias diferentes do *LR*, a que ficou em Castela e a que serviu para a *C1344*, é o de que, quer os testemunhos castelhanos da *CMR* quer os portugueses da *C1344*, na ausência daquela, apresentam, no apartado geográfico, versões diferentes, embora corroboradas pelos textos árabes devedores, pelo menos, simbolicamente, a al-Rāzī, não se tratando, portanto, de interpolações posteriores de mão romance e que teriam dado origem àquelas diferenças textuais.

O que creio que não deixa dúvidas é o meio ou meios literários onde esta tradução foi produzida e por onde circulou nos séculos XIV e XV: nos meios letrados da aristocracia hispânica e da chancelaria régia portuguesa.

¹⁷ Sobre todos os mss. da *C1344*, suas características específicas, famílias textuais e relações textuais entre eles, v. *C1344*, ed. L. Cintra, vol. I, p. CDLXXXIX-DXL.

¹⁸ Sobre as diferentes cópias do *LR* / *CMR* e respectivas famílias textuais originadas a partir daquelas cópias, v. A. Rei, *Memória de Espaços...*, p. 183-198.

Voltando ao Conde de Barcelos: mais tarde, já com D. Pedro regressado ao reino, do texto original do *LR* foi extraída outra cópia (α), aquela que acabou por vir a ser usada por D. Pedro na compilação da sua *C1344*¹⁹.

O Conde D. Pedro, durante aquele seu exílio em Castela, terá conhecido o Senhor de Vilhena, D. João Manuel, então um dos maiores magnates de Leão e Castela. Para aquilatarmos do seu poder e prestígio social, basta referir que D. João Manuel era, desde 1321, Regente do reino e tutor do moço-rei Afonso XI.

Creemos mesmo que esses contactos terão sido mais do que meramente ocasionais e terá havido trocas de ideias entre aqueles dois grandes senhores e grandes letrados, pois encontram-se semelhanças, ao nível dos conceitos político-literários que D. Pedro e D. João Manuel nos legaram em obras de suas autorias.

Mais: quando estaria mesmo para regressar a Portugal, ao ter sido perdoado por seu pai, o rei D. Dinis, D. Pedro terá oferecido a D. João Manuel a cópia do *LR* que tinha consigo. Sabia agora que poderia voltar a ter contacto com o texto original, portanto não haveria grande prejuízo em se desfazer daquela cópia, e reforçava, assim, pela dádiva, a amizade que estabelecera com o então regente de Leão e Castela e Senhor de Vilhena.

Aquele *LR*, que, pelas citações de André de Resende, ainda se designaria como tal no século XVI, acabou por dar origem, em Castela, à forma pela qual acabou ficando tradicionalmente conhecido, e que foi *Crónica del Moro Rasis*, embora se constate, em Morales, uma forma intermédia, e que foi a de '*História del Moro Rasis*', e, portanto, ainda utilizada na segunda metade do século XVI.

Desta Crónica conhecem-se os testemunhos *Ca*, *Es* e *Mo*, dos quais o primeiro será o mais antigo. O *Ca*, datado da primeira metade do século XV, terá sido uma possível cópia preparatória à integração de parte da *CMR* na compilação de Pedro de Corral, chamada *Crónica Sarracina*, em data próxima a 1430. Daí, o haver quem pense que teria sido este Pedro de Corral o autor da tradução do texto do *LR* de português para castelhano²⁰.

A nossa proposta assenta na tentativa de contextualização de certos indícios textuais encontrados em Ambrosio de Morales.

Vejamos: para Lindley Cintra, a frase que surge no início do ms. *E*, *Començo de reynar elRey Don Alfonso que agora es en Castilla*, indica que este *E* foi copiado,

¹⁹ *Idem*, p. 195-198.

²⁰ Tendo a obra de Corral sido composta por volta de 1430 (*CMR*, ed. Catalán e Andres, p. XIII-XIV), e não tendo chegado a Castela qualquer exemplar da versão de 1420, naquele momento a mais recente, onde e como obteria Corral o texto? Parece-nos, pois, difícil de aceitar esta hipótese.

directamente ou através de cópia intermediária, do protótipo que deu também origem ao ms. *M*²¹.

Observemos, agora, a frase semelhante que se encontra em *M*, *E despues deste començo a rreinar el rrei don Alfonso que agora es en Castilla, al que Dios mantenga por muchos años e buenos, en esta era suso dicha, que es de mill trezientos e çinquenta años; e quando començo a rreinar non avia mas de vn año e veinte e seis dias*²².

O que nos parece evidente é que um texto idêntico à matriz de *E*, pelo menos no seu início, foi aproveitado para terminar o capítulo em que elenca os reis de Leão e de Castela, desde Fernando II de Leão a Afonso XI de Leão e Castela, e é anterior àquele em que começa o Apartado geográfico em *M*²³.

Em *M*, especifica-se e acrescenta-se informação, procurando uma solução de compromisso com o anteriormente escrito, de forma a precisar que o começo do reinado foi na era de 1350 (1312 d.C.), quando faleceu Fernando IV, e Afonso XI passou a ser o rei em título²⁴, embora com a idade que nos diz a passagem em causa: ‘um ano e vinte e seis dias’.

Pela nossa parte, entendemos que o que surge em *E* tem uma referência cronológica diferente: situa a redacção da primeira tradução castelhana do *LR*, a qual terá sido designada como *HMR* (atendendo à designação que surge em *E* e em *LV*), pouco tempo depois de 1325, ou seja, quando Afonso XI começou, de facto, a reinar, quando foi dado por terminado o ciclo das regências e começou ele mesmo a governar o seu reino.

Vejamos: a tradução do *LR* de galaico-português para castelhano não poderia ter ocorrido em 1312, porque D. Pedro ainda não se tinha exilado em Castela, levando consigo a cópia; D. João Manuel ainda não iniciara, naquela data, a sua actividade literária; e, por último, mais significativo e ainda prévio àqueles factos: só por aquela data de 1312 é que se estaria a acabar de redigir a tradução do texto árabe para galaico-português, ainda a expensas de Pero Anes de Portel, sogro de D. Pedro²⁵.

²¹ Sobre o ms. *M*, o único que se conhece da primeira versão da *C1344*, v. *C1344*, ed. L. Cintra, vol. I, p. CDXC-CDXCI.

²² *C1344*, ed. Catalán e Andres, p. 31.

²³ *Idem*, p. 30-31.

²⁴ *Idem*, p. 31. A. Rucquoi, ob.cit., p. 329.

²⁵ O Conde da Ericeira atribuiu, em 1724, na Academia da História Portuguesa ao ano de 1312 a conclusão daquela tradução (cf. Carolina Michaëlis, “André de Resende e a CMR”, *O Archeologo Português* XXIV (1920), p. 177-193, p. 186). E Pero Anes de Portel terá falecido entre 1312, data da conclusão da tradução, e onde o seu nome figura explicitamente, e 1315 (cf. *Livro dos Bens de D. João de Portel*, ed. Pedro de Azevedo e Anselmo Braancamp Freire, Lisboa, Ed. Colibri, 2003 (ed. facsím. 1906-1910), p. XXVI; *C1344*, ed. L. Cintra, vol. I, p. CXLIII; *CMR*, ed. Catalán e Andres, p. XIII).

Em suma, na tradução/redacção da *Crónica de 1344* em castelhano, houve uma recontextualização cronológica da passagem que, inicialmente, datava o início da tradução do *LR* para castelhano, situando-a na altura em que Afonso XI começou efectivamente a governar. Aquela decisão de alterar o texto acabou por dar origem a uma conclusão como aquela a que Lindley Cintra chegou, talvez porque não dispusesse então da informação hoje acessível sobre esta questão.

Esta coincidência/semelhança textual aproxima, quanto a nós, D. João Manuel de ambas as empresas de tradução daquelas duas obras, quer do *LR* quer da *C1344*, e do homem que lhe facultou ambos os textos, o primeiro por proximidade e o segundo por autoria, o Conde de Barcelos, D. Pedro.

Assim, o texto do *LR* que D. Pedro ofereceu a D. João Manuel começou a ser traduzido por este último, de galaico-português para castelhano, em 1325 ou 1326, pouco tempo depois de ter terminado as suas funções de Regente, em nome do moço-rei. Sabendo-se que a faceta de escritor de D. João Manuel terá começado por volta de 1320, e que foi regente entre 1321 e 1325, depois desta última data estaria, sem dúvida, muito mais liberto para essas outras actividades²⁶.

Ambrosio de Morales, além da *Historia del Moro Rasis*, teve também uma crónica que estava a ser escrita no ano “de nuestro redentor mil y trecientos y quarenta y quatro”. Pensava, por vários indícios, tratar-se de obra da autoria de D. João Manuel.

As deduções de Morales poderiam ser fruto de uma confrontação textual entre a crónica em causa e, por exemplo, aquela mesma *Historia del Moro Rasis* ou outras obras do senhor de Vilhena, que o mesmo Morales tinha, como no caso da *HMR*, ou simplesmente conhecia. As semelhanças textuais, ou excertos destas últimas integrados naquela primeira, poderão tê-lo conduzido àquela conclusão.

Aquelas identidades textuais poderão provir da utilização, por D. Pedro, de textos de D. João Manuel que lhe teriam chegado às mãos quando da ida de D. Pedro de Barcelos a Castela, por altura da Batalha do Salado; ou, como também parece possível, tendo sido D. João Manuel o responsável pela tradução da *C1344*, na sua primeira versão, tradução essa que poderia ocorrer entre 1345 e 1348, e em que poderia este Senhor ter incluído no texto da Crónica algumas passagens da sua lavra, o que não era então incomum.

²⁶ Sobre as funções de Regente e o início da actividade literária de D. João Manuel, v. “1. II. 6. 2. 2. D. João Manuel, Senhor de Vilhena”, e, em especial, o aí referido na n. 67.

Talvez a primeira versão da *C1344* em castelhano, da mão daquele Senhor tivesse acabado por ser a que ficou conhecida pela designação de *Cronica conplida*²⁷, crónica extensa, por comparação com a *Crónica Abreviada*, que o mesmo D. João Manuel elaborara genericamente a partir da *Crónica* de seu tio, o rei Afonso X, mas que retocara a partir daquela mesma *C1344*²⁸.

Um possível exemplo dessas interpolações seria aquela finalização do capítulo genealógico dos reis de Leão e Castela, onde podemos ler a situação de paz que finalmente se estabeleceu, após 1338²⁹, entre Afonso XI e João Manuel, tendo este acabado por adaptar a passagem que anteriormente escrevera, em momento e em circunstâncias pessoais e políticas completamente distintas.

D. Pedro de Barcelos foi, portanto, um elemento de inestimável importância na preservação e divulgação do *LR*, para o que muito contribuiu a utilização que dele fez como fonte para a composição da sua *C1344*. Mas, parece que não poderemos pôr de parte o também importante contributo que D. João Manuel acabou prestando à preservação daqueles textos, ao tê-los traduzido para castelhano, tanto mais que os originais portugueses quer do *LR* quer da *C1344* acabaram por se perder.

1.6. Análise textual sumária de *LV*

Comparemos a ordenação presente em *LV* com a que se encontra genericamente em todos os testemunhos da *CMR*:

- Descrição geográfica (a Espanha triangular e dupla; Córdova e restantes termos, de Cabra a Écija, sem interrupção; Serras e Rios), História Pré-Islâmica; e História Islâmica.

Portanto o ms. que serviu de matriz ao *LV*, além de ter falta de fólios, já referenciada pelo próprio copista, tinha ainda a ordem dos fólios muito alterada,

²⁷ Sobre estas duas obras de D. João Manuel, v. Diego Catalán, "Don Juan Manuel ante el modelo alfonsí: el testimonio de la *Crónica Abreviada*", in *La Estoria de España de Alfonso X – creacion y evolucion*, p. 197-229. Curiosamente, já no século XIX, Amador de los Ríos aventara a possibilidade de a *Crónica Conplida* ser a *C1344*, embora tenha sido considerada como uma 'desorientação' do autor (c. Diego Catalán, "Don Juan Manuel ante el modelo alfonsí. El testimonio de la *Crónica Abreviada*", p. 198, n. 11). Semelhanças textuais entre a *Crónica Abreviada* e a *C1344* foram detectadas por D. G. Pattison, *Juan Manuel's Crónica Abreviada and Alphonsine Historiography*, in *Medivm Ævum*, 2 (1992), p. 242-249.

²⁸ Sinais dessa utilização da *C1344*, no que terá constituído uma última versão da *Crónica Abreviada*, foram detectados por D. G. Pattison, *Juan Manuel's Crónica Abreviada and Alphonsine Historiography*, in *Medivm Ævum*, 2 (1992), p. 242-249, em especial p. 245-246. Este facto evidencia, portanto, o conhecimento profundo da *C1344* e a sua posterior utilização, por parte de D. João Manuel, na sua *Crónica Abreviada*, algures entre 1344, quando foi terminada por D. Pedro, e 1349, quando o próprio Senhor de Vilhena veio a falecer. Quem melhor colocado que este último para ter traduzido a *C1344* para castelhano?

²⁹ Cf. nota anterior.

pois encontramos que os vários apartados, na totalidade dos outros testemunhos conhecidos, estanques e sucedendo-se na ordem referida no § anterior, aqui se interpenetram em vários blocos, sendo o apartado geográfico o mais desarticulado, pois surge em quatro partes. Mesmo a parte de Rayya e de Ecija e depois a das serras e dos rios, que deveria ser a última, surge aqui no meio da mesma parte geográfica.

O texto matriz do *LV* era um texto que copiou o texto de Morales (ms. *E*)³⁰, e o cotejou com o ms. *Ca* de Toledo, testemunho castelhano da *CMR*. Isto porque no texto surgem várias anotações que remetem para *Ca*. Mas essas notas não identificam quaisquer lições de *Ca* com vista a uma possível ‘reconstituição’ do texto matriz de *LV*, limitam-se apenas a referir diferenças de organização textual de *Ca* em relação a *E*³¹.

Tendo sido considerado como mais um testemunho tardio da *CMR*, do século XVII, como alguns outros que Diego Catalán referiu na edição pluritextual da *CMR*³², e entre os quais também fala de *LV*³³, este texto difere desses outros mss. do século XVII, por não se tratar dum texto compósito, como são aqueles testemunhos tardios da *CMR*³⁴.

1.6.1. Questões textuais em *LV*

Pretendemos assinalar aqui alguns casos que nos parecem de importância para futuros estudos que envolvam estes manuscritos no seu conjunto.

Talvez os eruditos empenhados no processo de reconstrução da *CMR*, no século XVII, tenham resolvido mais do que só ‘reconstruir’, a partir dos testemunhos da Crónica, quase ‘recriar’ a mesma crónica, a partir de elementos eruditos que acharam por bem acrescentar, sem que viessem nos testemunhos então conhecidos.

³⁰ Sobre este ms. *E*, de Ambrosio de Morales, v. infra o texto.

³¹ No fl. 1v, diz: *Falta poco del Principio en el original del Colegio de Santa Catalina de Toledo* [ou seja o ms. *Ca* - cf. *CMR*, ed. Catalán e Andres, *passim*]; no fl. 33v, encontramos duas outras anotações que dizem respectivamente: *aqui en medio entra Coimbra y Exitania que esta en el otro original de Toledo e Aqui entran Sevilla y Carmona que estan en el otro original de Toledo*. Todas assinalam as diferenças textuais, mas não as copiam de *Ca*.

³² Além do ms. *Cop*, editado em Apêndice na *CMR*, ed. Catalán e Andres, p. XIX-XXV e 285-376, são ainda conhecidos como representantes deste ‘hibridismo’ textual: o ms. que Gayangos editou na sua *Memória...*; os mss. : n.ºs. 1376 e 1171, da Biblioteca Nacional de Madrid; e o n.º 136 (*Catalogue* de Morel Fatio), *anc. fonds*. N.º 99775, Bibliothèque National de Paris (cf. *CMR*, p. XVII e n. 27).

³³ Diego Catalán apenas cita o ms. *LV* indirectamente, a partir das referências de Leite de Vasconcelos, nos *Textos Arcaicos*, não tendo tido contacto directo com o ms. (Cf. *CMR*, ed. Catalán e Andres, p. XVII, n. 27), pois, caso contrário, ter-se-ia dado conta das suas especificidades.

³⁴ Os mss. referidos supra na n. 12 são ‘reconstruções’ eruditas, levadas a cabo no século XVII, a partir dos mss. *Ca* e *E* (cf. *CMR*, ed. Catalán e Andres, p. XVII).

Atribuímos aquela responsabilidade aos eruditos do século XVII, pois Morales, nos finais do século XVI, não nos fornece nenhum desses dados ‘eruditos’.

E porque só em *Cop* e *LV*, textos do século XVII e participes daquela empresa de reconstrução/recriação, encontramos tais informações.

a) A datação duvidosa que se encontra em *LV* e em *Cop*

Logo no início de *Cop*, surge esta data problemática, “9)9”, que D. Catalán, em nota, sugere como ‘919?’ ou ‘979?’³⁵, sem optar por qualquer delas; e em *LV*, também no seu início, temos “9)2” (fl. 1).

Se colocarmos a hipótese de que ‘)’ se possa ler como ‘5’, teríamos em *Cop* ‘959’ e em *LV* ‘952’. Esta última data seria consentânea com a vida de al-Rāzī, falecido em 955³⁶, o que faria, mais uma vez, remeter para a simbólica figura fundacional da Historiografia e da Geografia hispano-árabe, e também entendida como autor do texto mais tarde traduzido para linguagens romances. Aquela data poderia indicar a altura em que al-Rāzī teria terminado a redacção da sua obra maior, *Akbbār Mulūk al-Andalus* (Notícias sobre os Reis da Hispânia).

Se colocarmos a hipótese de que ‘)’ se possa ler como ‘3’, teríamos em *Cop* ‘939’ e em *LV* ‘932’. Esta última poderia relacionar-se com a data em que finalmente se deu a pacificação total de al-Andalus, após a rendição de Toledo a *al-Nāsir li-Dīn Allah* ‘Abd al-Rahmān III. Poderia ser a data do início da composição, articulada com o facto de ‘Abd al-Rahmān III se ter proclamado Califa, e cujo acto haveria que legitimar e fundamentar.

Pegando nas hipóteses sugeridas por Diego Catalán nas suas notas, com ‘)’ sendo ‘1’, teríamos em *Cop* ‘919’ e em *LV* ‘912’. Teríamos, em ‘912’, a data de início de reinado de ‘Abd al-Rahmān III, após a morte de seu avô ‘Abd Allah, então apenas como ‘amir’ e ainda não como califa; com ‘)’ como ‘7’, teríamos em *Cop* ‘979’ e em *LV* ‘972’.

Neste caso, atendendo ao início do texto em ambos os mss., e em que aparece referido Hishām II, cujo reinado começara em 976, teríamos, como data mais consentânea, a de 979, presente em *Cop*, podendo mesmo admitir-se que o ‘2’ de *LV* seja uma má leitura de um ‘9’ um pouco irregular.

Teríamos, assim, uma data com alguma plausibilidade de marcar, no âmbito califal omíada, o início da compilação final, a qual fora iniciada por Ahmad al-Rāzī e que acabaria por vir a ser completada por seu filho ‘Īsā al-Rāzī.

³⁵ Cf. *CMR*, ed. Catalán e Andres, p. XIX, n. 39 e p. 3, n. 1.

³⁶ Cf. supra “1. II. 5. 1. 1. Abū Bakr Ahmad ibn Muḥammad ibn Mūsā al-Rāzī”.

No entanto, atendendo a que apenas os mss. *Cop* e *LV* apresentam estas datações dúbias, e não apenas na forma gráfica, mas também pelo facto de não existirem quaisquer datações, nem nos mss. antigos da *CMR* (*Ca*, *Es* e *Mo*), nem em André de Resende³⁷, apontamos para que as mesmas possam ter surgido como interpolações posteriores³⁸.

b) O patrocínio ‘dionisino’ da tradução

A atribuição do patrocínio da tradução do texto árabe para galaico-português ao rei D. Dinis poderá provir, no seu início, de uma analogia entre Afonso X e seu neto Dinis, enquanto mecenas das letras e interessados na tradução de textos hispano-árabes. O papel de D. Pedro de Barcelos, e depois o de D. João Manuel, no relativo à divulgação do texto árabe traduzido, entre as línguas romances hispânicas e nas respectivas literaturas, seria então algo desconhecido.

Do que nos chegou através de André de Resende, não se conhece qualquer referência àquele monarca no início do texto traduzido, sendo aí apenas citados os Senhores de Aboim-Portel. Também nos *Ca*, *Mo* e *Es* e também em *E*, não surgem quaisquer referências nem ao rei nem àqueles senhores.

Atendendo à época em que, maioritariamente, o *LR* foi composto, e ao monarca então reinante em Portugal, D. Dinis, os letrados do Barroco hispânico terão acrescentado mais este dado ‘erudito’ aos textos manipulados.

Atendendo à característica ‘prévia’ do ms. *LV*, talvez o dado em causa possa ter sido acrescentado inicialmente neste ms. do qual se teria transmitido a alguns dos textos compósitos, como, por exemplo, o *Cop*.

c) A questão das “duas traduções”

Informação desconhecida quer em *Ca*, *Mo* e *Es* quer em *E*, surge referida em *LV* e em *Cop*.

Em *LV*, são referidas duas traduções que teriam transposto o *LR* de português para castelhano, sem precisar uma data para qualquer dessas duas traduções, nem dizer porque razão teriam existido duas traduções. *Cop* alonga-se um pouco mais nesta passagem, parecendo-nos que se trata de mais uma das ‘interpolações eruditas’ que foram acrescentadas no século XVII, e desconhecidas em testemunhos anteriores.

³⁷ *Idem*, p. 3.

³⁸ Uma coisa parece certa, no entanto: aquela datação, partindo do princípio de que já se apresenta na era cristã, teve que passar por alguns ajustamentos cronológicos, pois ter-se-ia iniciado na era islâmica, passando depois pela chamada ‘era hispânica’ antes de chegar àquela última forma, na cronologia gregoriana, o que revelaria, naquela diversidade, mais uma procura da exactidão histórica do que um sinal de desinteresse que, como tal, se poderia tornar veículo de anacronismos.

Cop fala em duas traduções ordenadas por D. Dinis, repetindo o que já víramos atrás, mas que, muito curiosamente, teriam sido uma para latim e outra para português, referindo um processo de tradução já arcaizante nos princípios do século XIV, e que, em Castela, estivera em voga na primeira metade do século XIII³⁹, mas em relação ao qual não se conhece qualquer exemplo em Portugal, nem da metodologia em si mesma nem de qualquer produto que pudesse remeter para a mesma. Estas duas supostas traduções teriam ocorrido no ano de 1318.

Como já vimos atrás e é conhecido, a empresa de tradução do texto árabe da obra de Ibn Galib foi empreendida pelos Aboim-Portel, e foi traduzida directamente para português, não se conhecendo qualquer tradução para latim. A data de 1318 poderia correlacionar-se com a estadia de D. Pedro de Barcelos em Castela, embora seja impossível, pelo menos de momento, identificar como chegou o autor de *Cop*, ou alguém, directamente antes dele, àquela data.

Da mesma forma, a tradução para castelhano, nem foi feita por nenhum mestre 'Mahomat de Córdoba', nem o teria sido na datação apresentada, 1342, pois não se correlaciona esta data com a altura em que Afonso XI começou a governar, 1325.

As chamadas 'duas traduções', quanto a nós, relacionam-se com as do *LR* e depois com a da *C1344*, ambas de português para castelhano. Entendido desta forma, até as datas fariam algum sentido, ainda que por aproximação.

Talvez os homens empenhados neste labor de restituição textual tenham tido acesso a um documento, um rascunho ou um apontamento problemático onde constassem aquelas datas, e que uma má leitura do mesmo desse origem ao que consta em *Cop*.

"1326", com um '2' pouco redondo que se possa ler como '1'; e um '6' bastante enrolado que pudesse sugerir um '8', daria o tal "1318". Na segunda data, um '7' pouco anguloso e um pouco mais arredondado poderia sugerir um '2', originando "1342".

1318 seria uma data muito pouco provável para que a tradução do *LR* tivesse lugar, pois o Conde de Barcelos estava recém-exilado, e, não sabendo qual o seu futuro, dificilmente se iria desfazer da cópia que possuía; e porque D. João Manuel ainda não começara as suas actividades literárias. Mas 1326 já é perfeitamente aceitável.

Quanto a 1342, está também fora de causa, pois a *Crónica de 1344* estava ainda em elaboração naquela data. Agora 1347 já se torna plausível, três anos após a

³⁹ Gonzalo Menéndez Pidal, "Cómo trabajaron las Escuelas Alfonsíes". *Nueva Revista de Filología Hispánica*, Ano V, n.º 4 (1951), p. 363-80.

conclusão da mesma; dois a três anos depois pode ter chegado às mãos do Senhor de Vilhena; e um ano e meio a dois anos antes do falecimento daquele grande senhor.

Em suma, as datas são relativamente aceitáveis, se objecto de uma correcção.

Quanto à hipotética tradução para latim, cremos que a mesma está fora de causa. O que pode ter levado Escabías a produzir aquela afirmação terá sido que este letrado tenha conhecido alguns dos excertos do *LR*, traduzidos por André de Resende de português para latim, e tenha concluído que também teria sido levada a cabo, logo quando da tradução inicial, uma segunda tradução, para o idioma latino⁴⁰.

Existem ainda, em *LV*, alguns outros pontos que levantam questões textuais, e que não queremos deixar de mencionar.

Existe, em *LV*, um lapso nas anotações relativas a *Ca*, pois o copista, na matriz de *LV*, não anotou a presença de Badajoz, cuja notícia se encontra em *Ca*, *Mo* e *Es*, e está ausente em *E*. Terá sido mesmo uma inadvertência, pois tal não aconteceu com Coimbra e com a Egitânia, que aparecem anotadas na matriz de *LV*, muito pouco à frente do local onde deveria figurar a anotação relativa a Badajoz.

Um outro ponto é o relativo ao topónimo ‘Luca’, proveniente do hispano-árabe ‘*Luk*’ ou ‘*Lukk*’⁴¹. Este topónimo, lacunar em *M* e em *E*, só se encontra, além de em *LV*, em *Ca*, *Mo* e *Es*, ou ainda em testemunhos ‘híbridos’ do século XVII, como *Cop* ou *Ga*⁴².

Nos testemunhos da versão de 1400 da *C1344*, e posteriores, o topónimo apresenta-se sempre sob a forma ‘Bued’⁴³.

Atendendo a toda a problemática, estamos em crer que o copista terá preenchido a lacuna de *E* com o topónimo que encontrou em *Ca*, que nos parece ser a mais fácil explicação, pois, caso contrário, ficar-se-á, entre mãos, com um enigma textual que envolverá seguramente alguma complexidade e dificuldade.

⁴⁰ Metodologia utilizada na primeira metade do século XIII, foi abandonada pelas ‘escolas afonsinas’ de tradução (v. Gonzalo Menéndez Pidal, “Cómo trabajaron las Escuelas Alfonsies”...), e não se conhece qualquer caso em Portugal em que o mesmo método de trabalho tivesse sido aplicado.

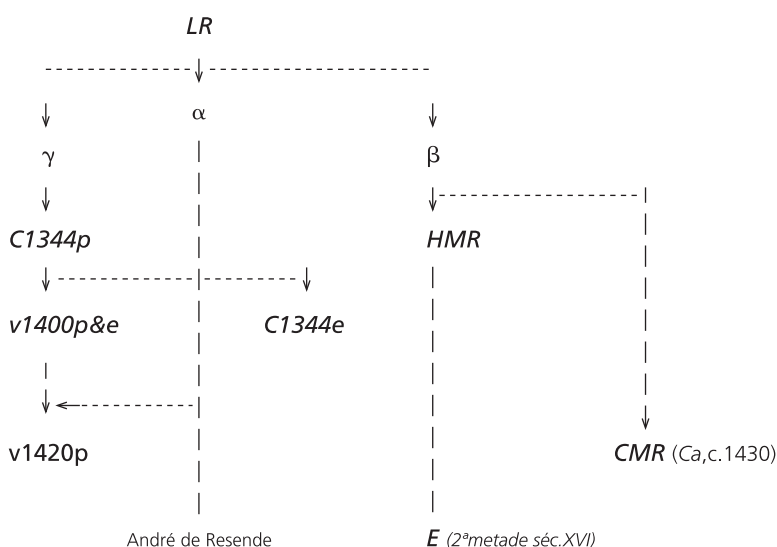
⁴¹ Aquelas duas formas constatamo-las, respectivamente, em Ibn Gālib, *Naṣṣ*..., p. 289 e n. 7; e em Yāqūt, *Mu’jam al-buldān*, vol. V, p. 26.

⁴² O topónimo ‘Luca’ surge na *CMR*, ed. Catalán e Andres, em todos os testemunhos, na p. 69; na mesma edição, o topónimo em causa surge em *Cop* na p. 301. Em Gayagos, *Memória*..., ‘Luca’ vem na p. 51.

⁴³ *C1344*, ed. L. Cintra, vol. II, p. 61; *C1344*, ed. Catalán e Andres, p. 61.

Creemos que o ms. *LV* ajudou a levantar novas questões e a propor soluções para questões antigas. Creemos, portanto, poder afirmar que a autoria das traduções, quer do *LR* quer da *C1344* de português para castelhano, se ficaram a dever a D. João Manuel, senhor de Vilhena, e que foi D. Pedro de Barcelos quem lhe deixou uma cópia do primeiro, traduzido de árabe para galaico-português e compilado a cargo dos Aboim-Portel, e lhe fez chegar uma cópia da segunda, esta da sua própria autoria.

Estema de transmissão do texto árabe traduzido por ordem dos Senhores de Aboim-Portel



LR – a tradução original galaico-portuguesa feita a mando dos Senhores de Aboim-Portel.

α β γ – as três prováveis cópias da tradução de *LR*.

- **α** – será, possivelmente, o texto original de *LR* que, depois de usado no início do século XV, chegou a André de Resende, e, depois de ter servido Duarte Nunes de Leão e ter pertencido a Severim de Faria, foi detectado na biblioteca dos Condes do Vimieiro, em 1724, até que se lhe perde o rasto com o Terramoto de 1755.

- **β** – foi a cópia que D. Pedro deu a D. João Manuel e que este traduziu para castelhano. Desta tradução saiu mais tarde o ms. *Ca*.

- **γ** – foi a versão que D. Pedro tirou depois de regressar de Castela, e que usou para a sua crónica, pois a primitiva (β) dera-a a D. João Manuel.

HMR – *Historia del Moro Rasís*, designação que Ambrosio de Morales dá à obra que copia, e que supomos fosse a que encontrou na matriz castelhana de *E*.

C1344p – a crónica original, obra de D. Pedro, e da qual não se conhece qualquer testemunho português.

C1344e – tradução castelhana da anterior, obra de D. João Manuel de Vilhena, e da qual se conhece apenas o ms. *M*.

V1400p&e – 2.ª versão da *C1344*, portuguesa, anónima, levada a cabo cerca de 1400, da qual não subsiste qualquer testemunho português, mas de que são conhecidos os mss. castelhanos *U*, *V* e *Q*.

V1420p – 3.ª versão da *C1344*, levada a cabo, conjuntamente, com a produção da *Crónica de Portugal de 1419*. Esta versão foi retocada a partir da cópia **α** .

FONTE MANUSCRITA

Ms. LV – Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia do Doutor Leite de Vasconcelos. N.º de registo 13.807, cota MS/COD/62.

FONTES IMPRESSAS

‘ABD AL-BADĪ, L., ed. (1955) – Nass andalusī jadīd: qit‘a min Kitāb Farhat al-anfus li-bn Ghālib (KFA), *Majallat Ma‘bad al-Makb‘TġTġt al-‘Arabīyya*. Rev. do Instituto de Manuscritos Árabes. Cairo. vol. I, fasc. 2, p. 272-310;

CATALÁN, D.; ANDRES, M. S. de (1975) – *Crónica del Moro Rasis*. Madrid: Gredos.

CATALÁN, D.; ANDRES, M. S. de (1971) – *I Edición Crítica del texto español de la Crónica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso*. Madrid: Gredos.

CINTRA, L. F. L., (1951-1961) – *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Lisboa: Academia Portuguesa de História. III vols.

YĀQĪT (ed. anónima) (1957) – *Mu‘jam al-buldġn*. Beirute. 5 vols.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, P. e FREIRE, A. B., ed. (2003) – *Livro dos Bens de D. João de Portel*. ed. facsim. 1906-1910. Lisboa: Colibri.

CATALÁN, D. (1992) – *La Estoria de España de Alfonso X – creación y evolución*. Madrid:

Fundación Ramón Menéndez Pidal; Universidad Autónoma.

GAYANGOS, P. (1852) – Memória sobre la autenticidad de la Crónica llamada del Moro Rasis. *Anales de la Real Academia de la Historia*. Madrid. VIII, p. 1-100.

MENÉNDEZ PIDAL, G. (1951) – Cómo trabajaron las Escuelas Alfonsíes. *Nueva Revista de Filología Hispánica*. México. Ano V, n.º 4, p. 363-380.

MICHAËLIS, C. (1920) – André de Resende e a CMR. *O Archeologo Português*. Lisboa. XXIV, p. 177-193.

PATTISON, D. G. (1992) – Juan Manuel’s *Crónica Abreviada* and Alphonsine Historiography. In *Medivm Ævum*. 2, p. 242-249.

REI, A. (2007) – *O Louvor da Hispânia na Cultura Letrada Peninsular Medieval. Das suas origens discursivas ao ‘Apartado Geográfico’ da Crónica de 1344*. Dissertação de Doutoramento, FCSH – UNL, policop.

REI, A. (2008) – *Memória de Espaços e Espaços de Memória. De al-Râzġ a D. Pedro de Barcelos*. Lisboa: Colibri.

REI, A. (2001) – Manuscrito inédito atribuído à Crónica do Mouro Rasis, em Portugal – o ms. LV do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. IV, 19, p. 235-246.

RUCQUOI, A. (1995) – *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Estampa.

VASCONCELOS, J. Leite de (1970) – *Textos Arcaicos*. 5.ª ed. facsim. da 3.ª ed., 1922. Lisboa: Clássica Editora.